

10

Resumo

Este capítulo tem como objetivo evidenciar a relevância das mudanças nos ritmos e tempos acadêmicos causadas pela pandemia COVID-19. A partir de uma reflexão à literatura existente e na base da observação das experiências da arritmia causada pela pandemia, o texto mostra que o tempo de suspensão propiciou usos e valorizações do tempo diversificados e bastante antagônicos para quem está a realizar doutoramento. Neste sentido, o texto discorre sobre algumas das principais implicações que a pandemia impõe às instituições de ensino superior que ministram programas de doutoramento, nomeadamente no que se refere ao modo como podem acomodar a diversidade e as possibilidades de uso do tempo, por parte dos e das estudantes.

Palavras-chave

Tempo; Doutoramento; Ritmo; Diversidade; Estrutura Temporal

Authors/Autoras

Márcia Silva & Emília Araújo

Universidade do Minho
Portugal

Introdução

O impacto da COVID-19 nos ritmos sociais é uma das questões que se destacam no momento atual. Especialistas em diversas áreas do comportamento humano e social têm revelado os efeitos desta arritmia geral sobre os tempos bio fisiológicos; os tempos relacionais e os tempos de vida (Blume, e outros, 2020; WHO, 2020). Algumas dessas alterações poderão ser perspectivadas como momentâneas e passageiras. Outras poderão remeter para efeitos e alterações de caráter mais duradouro e permanente. Todas podem ser suscetíveis de conduzir à institucionalização, normalização e legalização de novos tempos e temporalidades.

Neste texto, o interesse das autoras é sintetizar algumas reflexões realizadas neste período sobre os efeitos da COVID-19 no tempo académico (Ling, 2020; Sáe Serpa, 2020) e, nomeadamente, no tempo para doutoramento.

A partir de pesquisa bibliográfica intenta-se, por um lado, elencar as principais alterações que a pandemia pode estar a causar no quotidiano dos estudantes e de que modo pode afetar as perspetivas temporais dos estudantes de doutoramento. Por outro lado, procura-se enquadrar estas mudanças no debate mais amplo que se começa a desenhar sobre os desafios que envolvem a administração dos ritmos e dos tempos e que as instituições de ensino superior enfrentam num futuro próximo.

O texto baseia-se em quatro fontes principais de informação:

- i)** análise de alguns indicadores estatísticos acerca da procura de doutoramentos em Portugal;
- ii)** mapeamento da literatura que contextualiza a relevância dos tempos e dos

ritmos escolares na sociedade, o debate sobre o tempo de doutoramento e o tempo académico;

iii) análise de literatura produzida desde o início da pandemia versando sobre o doutoramento, a formação pós-graduada e os tempos académicos, em geral;

iv) respostas abertas fornecidas no âmbito de um inquérito por questionário disseminado através da plataforma *google* e dirigido a estudantes de doutoramento de várias áreas científicas e de diversas universidades em Portugal no mês de agosto-setembro de 2020, através de amostra não probabilística e o qual reuniu 150 respostas.

O questionário inclui perguntas apenas dirigidas aos impactos da pandemia nos usos do espaço e do tempo.

Tempo na academia e a pertinência do tempo para doutoramento

O tempo na academia e na ciência tem sido estudado por diversos autores que acentuam as tendências no sentido da harmonização e standardização e, também, no sentido da aceleração e aumento da velocidade nos processos de trabalho e produção de *outputs*. Nos últimos anos, os autores enfatizam que diversas tecnologias de controlo e rentabilização do tempo têm sido progressivamente incorporadas no trabalho académico, reconfigurando os espaços, as temporalidades e os ritmos no ensino e na investigação (Menzies e Newson 2008; Ylijoki, 2011, 2016; Noonan, 2015; Smith, 2015; Spurling, 2015; Vostal, 2015; Pereira, 2016).

O tempo de doutoramento é peculiar, designadamente devido aos contornos simbólicos que inscreve. Diversas pesquisas foram

desenvolvidas sobre o doutoramento e as variações nos percursos doutorais (Parry, e outros, 1997; Delamont, e outros, 2000; Bourke, e outros, 2004; Marino, e outros, 2014) e também sobre as expectativas e os processos de inserção profissional dos doutorados. Juntam-se a estes os estudos sobre a atividade de investigação e a progressiva e acentuada precarização dos contratos de trabalho. Estas pesquisas específicas sobre o percurso doutoral e as suas variabilidades acentuam as dificuldades dos estudantes em terminarem as teses, a diversidade de metodologias de avaliação e as diferenças institucionais na forma de organizar os tempos. Acentuam também as tendências atuais no sentido da industrialização do grau e da linearização dos percursos profissionais e pessoais (Louvel, 2012; Ylijoki, 2016; Cardoso, e outros, 2020). Um leque importante de estudos versou, também, sobre as desigualdades de género e o modo como estas condicionam os usos e as disponibilidades de tempo por parte dos doutorandos (Fox, 2005).

Tal como se observa, o tempo e o ritmo são fundamentais para se entender o doutoramento, as dificuldades e as estratégias que desenvolvem os sujeitos e as instituições, no sentido da sua finalização, incluindo por parte de quem financia os projetos. Embora não surjam normalmente tratados de forma explícita, de facto e ao longo dos últimos anos, as instituições de ensino têm-se mobilizado no sentido de propor medidas de intervenção que conduzam os estudantes a terminar as teses no tempo esperado, garantindo que atingem os objetivos traçados e produzem os *outputs* planeados. Algumas destas medidas incluem a recomendação de reforço de diretividade dos orientadores, em termos de planificação e controlo do tempo (Bourke, e outros, 2018). Formações transversais, ensino à distância, entre outras, constituem algumas destas iniciativas que

prometem acelerar o tempo de preparação e apresentação das teses. Mesmo assim, a falta de tempo continua a ser um problema persistente e proeminente nas experiências dos estudantes de doutoramento, estejam estes em regime de dedicação total aos trabalhos da tese ou a repartirem o tempo com outras atividades profissionais, com ou sem remuneração, e independentemente da situação pessoal e/ou familiar (Macaulay e Davies, 2019; Wrigth e Cockrane, 2000; Torca, 2018).

Perante um fenómeno tão modificador de ritmos e de estruturas temporais, como se observa pelos seus impactos socioeconómicos como a COVID-19, estas questões ganham ainda maior relevo, solicitando reflexão e intervenção. Este argumento é ainda reforçado pelo facto de em Portugal o número de pessoas com doutoramento ter vindo a aumentar, tal como demonstram os dados oficiais publicados (PorData, 2020).

Para que entendamos ainda melhor a pertinência do assunto, importa perceber que o tempo de doutoramento está delimitado pelos quadros temporais institucionais expressos através dos calendários letivos, mas também pelas condições de vida que determinam manter e pelas estratégias que os próprios indivíduos encetam, perante esses constrangimentos. A seguir, abordaremos estes três níveis, procurando salientar que há questões que necessariamente envolvem o nível de tomada de decisão política e outras que implicam reflexividades, estratégias e conhecimentos individuais.

Calendários letivos como estruturas: escolas e universidades

Os calendários escolares ditam os principais ritmos da vida social na sociedade portuguesa. Embora com significativas diferenças

entre si, os tempos escolares estão estruturados na base da divisão do ano em períodos que correspondem ao funcionamento da atividade letiva e períodos de interrupção. Estes coincidem com momentos celebrativos que pontuam o ano (a exemplo do Natal, Carnaval e Páscoa), ou com os tempos de Verão, que integram as férias “grandes” entre os meses de julho e setembro. Apesar das variações que cada instituição ou tipologia de instituições possa introduzir ano a ano no calendário, essa estrutura do tempo é constante e tem-se mantido como “estrutura estruturante” essencial do tempo social.

Em geral, sob o paradigma da sincronia temporal, o esforço político tem sido orientado para fazer coincidir o fim do tempo de trabalho com o fim do tempo escolar e o início do tempo livre. Nesse sentido, as tentativas de modificar, aumentar ou reduzir o tempo letivo entroncam com a relevância dos tempos e das temporalidades de trabalho. Estas têm passado, aliás, por enormes transformações nos últimos anos, invadindo vários compartimentos de tempo que antes estavam situados em zonas de não trabalho, como a noite, os fins de semana e os períodos e/ou meses de verão. Com efeito, qualquer “anomalia” verificada nos ritmos escolares repercute-se inevitavelmente no tempo social, por via deste suporte que representa, face ao tempo económico dominante e que exerce um enorme constrangimento na vida dos sujeitos sociais.

Tal significa que as alterações nos calendários escolares atraem impactos sobre todos os outros tempos, incluindo os ritmos familiares e as mobilidades, tendo influência económica significativa em vários setores. Por isso, entende-se que seja um assunto controverso e polémico, o que ficou expresso desde o início do confinamento em Portugal motivado pela pandemia. Referimo-nos,

principalmente, ao protagonismo adquirido pelas interrogações sobre quando fechariam/abririam as escolas e universidades ou sobre o calendário se projetava para o ano escolar 2020/2021.

No caso das instituições de ensino superior e investigação científica, como as universidades, as alterações dos calendários são, igualmente, um assunto de enorme complexidade, por motivos idênticos. Dado o diagnóstico de casos positivos, e atendendo ao desconhecimento do ritmo de propagação e grau de perigosidade associado, as universidades foram em Portugal as instituições de ensino que mais cedo encerraram e suspenderam as atividades presenciais na totalidade, mantendo, operacionais a maior parte dos serviços, mas por via digital. O mesmo aconteceu noutros países que, desde o início da pandemia, começaram a programar integralmente as suas atividades para o domínio online (Ling, 2020; Aydemir e Ulusu, 2020).

Diferentemente do que ocorre noutras instituições de ensino, as universidades reúnem uma multiplicidade muito elevada de funções e de atividades que decorrem do desempenho das suas várias missões, no ensino, na investigação e na interação com a sociedade envolvente. Por isso, a suspensão das atividades presenciais tem impactos significativos ao nível dos processos de trabalho e da capacidade performativa de todos os atores, obrigando a ajustes no domínio privado e individual, por parte dos públicos envolvidos, em especial os estudantes.

A oscilação dos ritmos das universidades e, nomeadamente, a suspensão das atividades letivas, trouxe também a variação e a incerteza a todas as organizações cujos ritmos se organizam em função dos tempos e das temporalidades académicas: serviços diversos, imobiliárias e proprietários de habitações, indústria da restauração e do lazer refletem

de forma colossal as dessincronias, as variações, as paragens e as ausências dos públicos, particularmente estudiantis.

Os ritmos académicos estão em “crise”, por terem sido sujeitos, e de forma rápida, a mudanças que, em grande parte, convergiram para a virtualização e a digitalização, também implementadas de forma abrupta, face ao modelo até então em vigor. Inclusivamente, vazios legais acompanharam várias destas mudanças que implicaram esquemas de uso do tempo e do espaço completamente diferentes (normalmente acompanhadas pelo teletrabalho e ensino *online*) e que foram apresentadas como transitórias, embora, a par e passo, comecem a ser incorporadas como práticas necessárias e inevitáveis.

O campo para a análise sociológica das implicações desta crise na reconstrução ou invenção de arquiteturas de ritmos estáveis nas instituições de ensino superior é vasto. Considera-se não apenas a circunstância da perdurabilidade da COVID-19, mas também o tipo de estruturas temporais, entretanto emergentes, e que vieram antecipar alguns cenários previsíveis há anos sobre as mudanças impulsionadas pela digitalização.

De facto, a suspensão das estruturas temporais, tal como organizadas e fixadas ao longo dos anos, mostrou, não só a sua relevância para a existência e equilíbrio institucional e social, mas também que todas essas estruturas são convencionais. Resultam de opções políticas e podem, portanto, ser alteradas, desejavelmente no sentido de melhorar a vida das pessoas, dos estudantes e das famílias. Tal pode obrigar a repensar de forma mais célere do que potencialmente esperado os quadros legais que instituem os principais ritmos académicos, de ensino e de investigação.

O tempo de doutoramento

No contexto acadêmico, interessa-nos analisar de que modo o tempo para doutoramento, que corresponde a uma formação com contornos temporais peculiares, foi sujeito a variações e a mudanças com a COVID-19 que começaram com a suspensão dos ritmos normais e a necessidade de viver a espera correspondente.

Antes disso, convém precisar que, de acordo com vários estudos realizados, os estudantes de doutoramento perfazem um conjunto diverso de perfis de usos do tempo, conforme o gênero, situação pessoal e familiar, a tipologia de curso que frequentam, a área de estudo e a situação profissional. Não há estatísticas específicas sobre os estudantes de doutoramento no que se refere ao tipo de atividade profissional que podem acumular com a frequência do grau. No entanto, é possível inferir, na base nos estudos citados ao longo do texto e também em alguns relatórios consultados sobre os perfis dos doutorandos (DGEEC, 2017), que estes podem, ou não, ter uma atividade profissional remunerada, incluindo estar na universidade como bolsiros de agências de financiamento (nacionais ou internacionais), ou serem bolsiros em projetos de investigação.

De qualquer forma, independentemente da atividade profissional ou situação familiar e face à tendência crescente de “industrialização” (Louvel, 2012) do grau de doutoramento, os estudantes de doutoramento acabam frequentemente envolvidos, desde fases iniciais dos seus percursos, na publicação de artigos científicos e de outros indicadores de produtividade dos centros de investigação e dos departamentos responsáveis pelos respetivos graus de doutoramento. De qualquer forma, os projetos de doutoramento variam entre áreas científicas e entre subáreas e subtemas. Alguns projetos dependem dos ritmos e dos tempos de laboratórios, ou

de outras instituições e atores; noutros casos, há mais autonomia. Nessa sequência, as restrições impostas pela COVID-19 têm ressonância diferencial, conforme a interseção das diferentes variáveis mencionadas, incluindo a fase de investigação em que os doutorandos se encontram e as tarefas que desenvolvem.

Tempos académicos, tempo de doutoramento e a COVID-19

A COVID-19 gerou todo um conjunto de suspensões e de interrupções que alteraram as rotinas diárias das universidades (Heng e Jeong, 2020) no que respeita ao modo de funcionamento letivo e os métodos de avaliação e de orientação científica. No entender de alguns autores, coincidiu com um momento de produtividade significativa, por parte dos doutorandos (Carvalho, 2020). Uma das principais alterações consistiu na deslocalização das atividades de estudo e de investigação para o espaço de residência. Por estas razões, algumas análises têm indicado que a COVID-19 fica reconhecida pela possibilidade que deu aos doutorandos para disciplinar o uso do tempo e concentrarem-se na publicação de artigos e na elaboração de propostas de novos projetos, potenciando a concentração num tempo único, contínuo, que permitiu no entendimento dos próprios, aumentar a produtividade.

Alguns autores consideram que a crise pandémica é uma oportunidade para os estudantes de doutoramento ampliar os seus conhecimentos, ler e escrever mais artigos científicos e prepararem as teses doutorais (Ashton e Pintor-Escobar, 2020). No questionário que enviamos aos estudantes de doutoramento, encontramos evidência empírica desta experiência do tempo-oportunidade que se abriu com o confinamento. Com efeito, uma parte dos estudantes para quem foi possível parar e gerar um espaço-tempo

único e menos permeável a outras solicitações, “a pandemia até foi boa [em termos de atividade]” e permitiu “escrever mais”, tendo ajudado a “ver com clareza que preciso acabar logo o doutoramento”. Se, “nos primeiros momentos, a concentração diminuiu”, este processo de adaptação a novos ritmos repletos de impossibilidades e/ou constrangimentos também “obrigou a sermos criativos e resilientes”.

Mas, outras pesquisas têm dado conta de impactos menos positivos e alguns desafios que consideramos relevantes. Para Duygu Aydemir e Nuriye Ulusu (2020), investigadores e estudantes de doutoramento foram muito afetados/as negativamente. Kimkong Heng e Daeul Jeong (2020) falam em impactos negativos na produtividade dos estudantes. Esta traduz-se, não apenas na redução do número de publicações, mas também no abaixamento do ritmo de preparação das teses doutorais, tornando mais exigente a conciliação de tempos. No mesmo questionário que aplicámos, os respondentes contam que, apesar de sentirem ter mais tempo, o “tempo dedicado à tese, o rendimento/produtividade está a ser muito baixo”, porque a “concentração diminuiu”. Neste processo, foi necessário “dividir o tempo com a família”, gerir o tempo de doutoramento “com duas crianças pequenas em casa”, com “familiares doentes”. Portanto, para quem não conseguiu, por efeito de constrangimentos que derivam dos papéis sociais e das condições de vida, tornar o tempo impermeável a outras solicitações, o tempo de confinamento resultou numa “enorme ansiedade e angústia nos estudantes, em especial aqueles que necessitam de fazer trabalho laboratorial e que se encontram no último ano da tese”.

Paul Ashton e Linamaria Pintor-Escobar (2020) reafirmam esta ideia. Os autores propõem que o contexto de pandemia instalou

sérias dificuldades no andamento dos projetos de doutoramento, o que se deve à dificuldade de recolha, armazenamento e tratamento de informação, tendo tido reflexo no modo como os estudantes de doutoramento avaliam a qualidade das suas teses doutorais. Ashton e Pintor-Escobar (2020) antecipam dificuldades na saúde mental e emocional dos doutorandos, em grande parte relacionadas com as dificuldades em avaliar e usar o tempo durante a pandemia.

Tal como referem os(as) estudantes que responderam ao questionário, “para muitos alunos de doutoramento a pandemia [e não apenas o período de confinamento] veio atrasar a recolha de dados e análises laboratoriais” e houve várias limitações e condicionamentos relacionados com as recolhas de dados, dependente dos instrumentos e metodologias a aplicar. Outros indicam a “falta de equipamento, problemas familiares, falta de resposta de parceiros internacionais”, as dificuldades de “deslocação dentro e fora do país”, de “conciliação do doutoramento com as responsabilidades familiares”. Em suma, os estudantes referem que estes constrangimentos “vão levar a grandes atrasos ou à necessidade de alterações dos projetos” e que gerem com “receio” o andamento dos seus projetos.

Conclusões similares são partilhadas por Dan Orendain e Riyanti Djalante (2020), ao considerarem que o trabalho e o ensino à distância ao nível do doutoramento durante o confinamento introduziram mais dificuldades na condução dos planos de trabalho e aumentaram a frustração dos estudantes, relativamente ao cumprimento de prazos. Paul Ashton e Linamaria Pintor-Escobar (2020) afirmam que os estudantes vivem com ansiedade e frustração a interrupção das rotinas e do ambiente de trabalho, o isolamento e as restrições de mobilidade, as

preocupações em relação ao financiamento, a diminuição da saúde mental e emocional e a diminuição da produtividade.

O aumento da escassez de tempo e a aceleração motivada por alguns orientadores e ou professores que leram a duração da COVID-19 como uma oportunidade de “isolar” o tempo e dedicá-lo à produção de indicadores, são também motivos de frustração e de ansiedade.

Deste modo, doutoramento surge retratado como “um percurso muito solitário e a pandemia tornou-o ainda mais isolado”. Um(a) estudante afirma nas respostas ao questionário que a “única coisa que sinto falta é de algum convívio social com colegas, que levava sempre a trocas de ideias, opiniões, perspetivas, que ainda que se mantenham via redes sociais, não é a mesma coisa que presencialmente”.

Desafios ao tempo das instituições e aos tempos individuais

Com efeito, o trabalho dos doutorandos e, em especial, do que se encontram a trabalhar como bolseiros em projetos individuais ou coletivos, continuou bastante “regulado” por prazos de conclusão da tese e/ou de *outputs*, entre os quais as publicações e as *papers*. A observação das reflexões publicadas e partilhadas neste período dão conta de que, para uns, a COVID-19 trouxe a possibilidade de usarem o tempo de forma imersiva, unicamente dedicado às atividades da tese, mas, para outros a pandemia terá acrescentado mais exigências ao tempo e densificado o leque de atividades a realizar diariamente, devido à acumulação de papéis que favorece. Noutros casos, ainda, a pandemia pode ter criado a suspensão dos trabalhos, sobretudo quando os doutorandos desenvolvem projetos pessoais, não vinculados a outras

investigações, ou estiveram à espera de notícias e desenvolvimentos da pandemia noutros países, especialmente onde têm familiares.

Por exemplo, também nos casos em que as teses doutorais implicam a observação de fenómenos e/ou eventos que ocorrem num determinado período do ano, podem ter ficado mais comprometidas, devido à sua não realização (cancelamento), ou impossibilidade prática de observá-los por causa das restrições impostas. O mesmo pode ter sido verificado em projetos de pesquisa experimentais ou que exigem sequências de testes laboratoriais.

É neste quadro que se entende que as universidades, a seguir ao arranjo global dos calendários letivos para o ano 2019/2020, tenham optado por medidas diversas, cuja finalidade é acautelar os efeitos da COVID-19 no andamento dos trabalhos de doutoramento. Entre outras, destaque-se a Lei 38/2020 que, em Portugal, e à semelhança do que aconteceu noutros países, prorrogou, “por um semestre letivo, o prazo para a entrega de teses, ao abrigo do regime transitório previsto no Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, alterado pela Lei n.º 65/2017, de 9 de agosto, até à cessação das medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia de SARS-CoV-2”.

De facto, a par da discussão sobre as mudanças nos tempos institucionais e nos calendários anuais letivos e de avaliação, tem ganho revelado um conjunto de debates que sublinham algumas medidas encetadas mais ou menos formalmente pelas universidades e pelas direções de cursos e de centros I&D, para que os estudantes revejam e reformulem, com os orientadores, os seus projetos de investigação, de forma a não ficarem reféns das variações introduzidas e potenciais da

COVID-19 (Ashton e Pintor-Escobar, 2020). De alguma forma, as reflexões tendem a acentuar a ideia de que este tempo possa ser entendido como oportunidade para demonstrar resiliência, alterar os planos de investigação, reavaliar as prioridades do estudo, procurar inspiração junto dos seus colegas doutoramento e elucidar sobre os efeitos da COVID-19 no percurso doutoral.

Conclusão

Diversos estudos realizados sobre o doutoramento (Delamont e outros, 2000; Wright e Cochrane, 2000) demonstraram que se trata de um grau académico que requer dos indivíduos elevada capacidade de gerir a incerteza e as variações de produtividade e disponibilidade do tempo (Taha, e outros, 2014). O período pandémico obrigou a mudanças substantivas nos ritmos académicos (Ling, 2020; Aydemir e Ulusu, 2020) que conduziram a uma readaptação, quer ao nível pessoal (tempo em família, doença, novos hábitos, alteração do local de trabalho), quer a nível de projetos de investigação (impossibilidade de continuar os projetos já iniciados, impossibilidade de recolha de dados, etc.), em alguns casos acompanhado de *stress*, ansiedade e depressão.

Com base na exposição apresentada, pode-se afirmar que o tempo de confinamento foi vivenciado e experienciado pelos estudantes de doutoramento de formas muito distintas. Por uns, foi entendido como um tempo de oportunidade para elevar a produtividade. Para outros, acentuou ainda mais a dificuldade de concentração e organização do tempo, o que pode ser explicado, tanto pelo acúmulo de outras exigências que reduzem a disponibilidade de tempo ou de espaço; como pela dificuldade em gerir a abundância de tempo e a ausência ou mudança de rotinas.

Em qualquer das situações, torna-se essencial perspetivar o tempo de doutoramento, tanto do ponto de vista institucional como individual, que implica reconfigurações ao nível do tempo das organizações e das instituições e também formas de colaboração, estratégias e experiências individuais. Os dois níveis de ação precisam ser integrados e considerados sob o mesmo imperativo de considerar o tempo como objeto político, de negociação e recurso de poder.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020

Referências

- Ashton, Paul e Pintor-Escobar, Linamaria (2020), “Five ways to tackle PhD research anxieties triggered by COVID-19 lockdowns” em *Nature Research* (25/06/2020), consultado a 05/05/2020, em <https://www.nature.com/articles/d41586-020-01898-1>
- Aydemir, Duygu e Ulusu, Nuriye (2020), “Commentary: Challenges for PhD students during COVID-19 pandemic: Turning crisis into an opportunity”, *Biochemistry and Molecular Biology Education*, pp. 1-2.
- Ayres, Zoe (2020), “*Scientist without a lab? A PhD Researcher guide to Covid-19*”, em *Twitter*, publicado a 17/03/2020, consultado a 05/05/2020, em <https://twitter.com/zjayres/status/1239983524259737606>
- Blume, Christine, e outros (2020), “Effects of the COVID-19 lockdown on human sleep and rest-activity rhythms”, *Current biology*, vol. 30, nº 14, pp. 1-3
- Bourke, Sid, e outros (2004), “Attrition, completion and completion times of PhD candidates”, *AARE Annual Conference Melbourne* (28 novembro-2 dezembro), consultado a 05/05/2020 em <https://www.researchgate.net/search.Search.html?type=publication&query=and%20attrition,%20completion%20times%20of%20PhD>
- Bunn, Matthew, e outros (2018), “In the anytime: Flexible time structures, candidate experience and temporal equity in higher education”, *Time and Society*, vol. 28, nº 4, pp. 1409-1428.
- Cardoso, Sónia e outros (Eds.) (2020), *Structural and Institutional Transformations in Doctoral Education, Social, Political and Student Expectations*, New York, Springer.
- Direção-Geral do Estatísticas da Educação e Ciência – DGEEC (2017), *Inquérito aos Doutorados 2015 (CDH15) - Sumários Estatísticos*, consultada a 05/05/2020, em <https://www.dgeec.mec.pt/np4/208/>
- Carvalho, Teresa (2020), “Producing Knowledge in a Pandemic Crisis – The Relevance of Researchers’ Work and Working Conditions”, *The European Sociologist*, vol.45, nº1.
- Decreto Lei nº 38/200, em Diário da República (18/08/2020), consultada a 05/10/2020, em <https://dre.pt/application/file/a/140431249>

- Delamont, Sara, Atkinson, Paul e Parry, Odette (2000), *The doctoral experience – sucess and failure in graduate School*, Londres, Falmer Press.
- Fox, Mary (2005), “Gender, family characteristics, and publication productivity among scientists”, *Social Studies of Science*, vol. 35, nº 1, pp. 131-150.
- Heng, Kimkong e Jeong, Daeul (2020), “Zoom, shut up and write: How PhD students cope amid COVID-19”, em *University World News* (20/06/2020), consultado a 26/06/2020, em <https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20200615132829535>
- Liao, Tim, e outros (2013), “The social definition of time for university students”, *Time & Society*, vol. 22, nº1, pp. 119-151.
- Ling, Lorraine (2020), “Universities and research in times of crisis: the getting of wisdom”, *Qualitative Research Journal*, consultado a 26/06/2020, em <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/QRJ-06-2020-0055/full/pdf?title=universities-and-research-in-times-of-crisis-the-getting-of-wisdom>
- Louvel, Séverine (2012), “The ‘industrialization’ of doctoral training? a study of the experiences of doctoral candidates and supervisors in the French life sciences”, *Science & Technology Studies*, 25, pp. 23-45.
- Macaulay Luke, e Davies, Tanya (2019), “It is about time: chronotopes and the experience and negotiation of space-time throughout PhD candidature”, em Lynette Pretorius, e outros (eds.), *Wellbeing in doctoral education*, Singapore, Springer, pp. 165-176.
- Marino, Jacopo, e outros (2014), “Ten simple rules for finishing your PhD”, *PLoS Computational Biology*, vol. 10, nº12, pp. 1-4.
- Menzies, Heather, e Newson, Jacine (2008), “Time, stress and intellectual engagement in academic work: Exploring gender difference”, *Gender, Work and Organization*, vol. 15, nº5, pp. 504-522.
- Noonan, Jeff (2015), “Thought-time, Money-time and the conditions of free academic labour”, *Time and Society*, vol. 24, nº 2, pp. 109-128.
- Orendain, Dan, e Djalante, Riyanti (2020), “Six Ways the COVID-19 Pandemic is Impacting Students and Another Six Ways They Cope with It: Insights from the 2020 Cohort of UNU-IAS, Japan”, em International Science Council, consultado a 26/06/2020, em <https://www.ingsa.org/covidtag/covid-19-commentary/orendain-unu/>

- Parry, Odette, e outros (1997), “The structure of Ph.D. research”, *Sociology*, vol. 31, nº1, pp. 121-129.
- Pereira, Maria do Mar (2016), “Struggling within and beyond the performativity university: Articulating Activism and Work in “academia without walls”, *Women’s Studies International Forum*, nº 54, pp.100-110.
- PorData (2020), “Alunos matriculados no ensino superior: total e por nível de formação”, *PORDATA*, consultado a 05/05/2020, em <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+n%C3%advel+de+forma%C3%A7%C3%A3o-1023-819>
- Sá, Maria, e Serpa, Sandro (2020), “The Global Crisis Brought About By Sars-Cov-2 And Its Impacts On Education: An Overview Of The Portuguese Panorama”, *Science Insights Education Frontiers*, 7, pp. 1-6.
- Smith, Simon (2015), “Multiple temporalities of knowing in academic research”, *Social Science Information*, nº 54, vol. 2, pp. 2149-176.
- Spurling, Nicola (2015), “Differential experiences of time in academic work: How qualities of time are made in practice”, *Time and Society*, vol. 24, nº 3, pp. 1-23.
- Taha, Sheena, e outros (2014), “Intolerance of uncertainty, appraisals, coping, and anxiety: The case of the 2009 H 1N 1 pandemic”, *British Psychological Society*, 19, pp. 592-605.
- Torka, Marc (2018), “Projectification of doctoral training? how research fields respond to a new funding regime”, *Minerva*, 56, pp. 59-83.
- Vostal, Filip (2015), “Academic life in the fast lane: the experience of time and speed in British academia”, *Time and Society*, vol. 24, nº1, pp. 71-95.
- World Health Organization. Regional Office for the Eastern Mediterranean (2020), *WHO policy brief: the economic and social impact of COVID-19 in the Eastern Mediterranean Region*. World Health Organization. Regional Office for the Eastern Mediterranean, consultado a 05/05/2020, em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/332818>.
- Wright, Toni, e Cockrane, Ray (2000), “Factors influencing successful submission of PhD theses”, *Studies in Higher Education*, vol. 25, pp. 181-195.

Ylijoki, Oili-Helena (2011), “Boundary-work between work and life in the high-speed university”, *Studies in Higher Education*, vol. 38, pp. 242-255.

Ylijoki, Oili-Helena (2016), “Projectification and Conflicting Temporalities in Academic Knowledge Production”, *Theory of Science*, vol. 38, pp. 7-26.